



Apresentação: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto das reformas educacionais

Presentation: the National Common Curricular Base (BNCC) in the context of educational reforms

Presentación: la Base Curricular Común Nacional (BNCC) en el contexto de las reformas educativas

Ana Paula Fernandes da Silveira Mota¹



<https://orcid.org/0000-0001-5883-9173>

Bruna Caroline Camargo²



<https://orcid.org/0000-0001-9544-2001>

As reformas educacionais, historicamente, pretendem melhorar a qualidade da educação, sobretudo, pensando aspectos relacionados às políticas públicas voltadas ao acesso à escola e à garantia do direito à aprendizagem. No tempo atual, a educação brasileira é desafiada a pensar a organização, a estrutura e o funcionamento das etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, mediante as transformações ocorridas no sistema de ensino e que recaem, de certo modo, na prática pedagógica.

Neste cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe mudanças significativas para a educação e, conseqüentemente, para as políticas educacionais, sendo pauta de discussão na área educacional. Diante disso, propõe-se o caderno temático “A Base Nacional Comum Curricular

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Departamento de Ensino e Currículo da UFPE. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Infantil e Formação Humana - GEPEIFH/CNPq. E-mail: ana.fsilveira@ufpe.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores - GEPPEF/CNPq. E-mail: bruna.camargo@uems.br

(BNCC) no contexto das reformas educacionais da educação básica: proposições e possibilidades”, com a intenção de reunir estudos e pesquisas que apresentem discussão teórica ou empírica atualizada sobre a BNCC, bem como seus impactos, influências e tensões no contexto das reformas educacionais.

O caderno temático apresentado é composto por dezessete artigos e uma resenha, os quais discutem temáticas articuladas à BNCC, contemplando reflexões, problematizações, limites, possibilidades e desdobramentos sobre questões que envolvem concepções, campos curriculares e implicações para a atuação docente. Historicamente, percebemos as marcas da intencionalidade política no construto do documento e, com isso, as múltiplas facetas que atingiram a compreensão de ensino e aprendizagem, desvelando uma educação fragmentada e inviabilizando aspectos fundamentais ligados à formação humana. Assim, os trabalhos acadêmicos apresentados trazem conteúdos que contribuem para a perspectiva crítica do leitor e para a ampliação de atitudes de resistência, com possibilidades de ressignificar a implementação de propostas calcadas na BNCC.

No texto **“O Novo Ensino Médio: das dificuldades do projeto à sua implementação (2017-2022)”**, os autores Antocléia de Sousa Santos, Emerson Felipe da Silva e Davi Milan refletem sobre como está sendo concretizado o processo de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas públicas do Brasil, a partir do recorte de uma breve pesquisa realizada em três escolas do Ensino Médio, localizadas no Maranhão, Paraíba e em São Paulo. Segundo os autores, a ausência de formação e informação aos profissionais da educação da rede pública do Ensino Médio é um dos pontos nevrálgicos para a implementação do novo projeto.

Renata Camargo dos Passos Barros, Cristiane dos Santos Oliveira e André Luis Andrejew Ferreira propõem, no artigo **“Tópicos de Geometria no Ensino fundamental: um olhar para coleções de livros didáticos norteados pela Base Nacional Comum Curricular”**, analisar como os objetivos de aprendizagem relacionados à Unidade Temática Geometria, apresentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Fundamental, estão dispostos nas coleções de Livros Didáticos aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Para isso, selecionam coleções do PNLD (2019-2022) aderidas em muitos municípios do estado do Paraná. O estudo evidencia uma discrepância em relação à abordagem e exploração das relações entre figuras espaciais e planas, propostas pelo documento, nas coleções analisadas.

A partir da problematização sobre o processo da elaboração da BNCC, marcado por amplos conflitos políticos que incidiram na mudança radical da tônica do documento em sua versão final, Jonathan Dalla Vechia Bugs e Elisete Medianeira Tomazetti apresentam no artigo **“Como chegamos à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (2018)?”**. As principais rupturas ocorridas no processo histórico de construção da BNCC/EM e as variações no conteúdo dos textos que a precederam. Os autores destacam o drástico deslocamento para a centralidade na formação por

competências e habilidades, dando margem a incertezas e reforçando a necessidade de resistência a um projeto de legitimidade questionável.

No artigo **“A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental: suas implicações para o trabalho docente”**, Mírian Aguiar Oliveira Camara, Graziela Martins Evangelista e Maria Abádia da Silva, analisam como as políticas curriculares atreladas à BNCC implicam no trabalho docente, tendo como foco a Educação Básica. Para tanto, examinam os documentos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial, legislações e referências bibliográficas acerca do tema. Evidenciam que, a partir da implementação das políticas curriculares, houve, entre outros elementos, intensificação, desvalorização, regulação e controle do trabalho docente.

No artigo **“O empreendedorismo de si e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): reflexões a partir do campo da Educação”**, os autores Francisco Varder Braga Junior e Betina Hillesheim discutem como a influência da ótica neoliberal produz sujeitos empreendedores, mediatizados pelas práticas pedagógicas e curriculares. Afirmam que a BNCC, nesse sentido, é um documento que colabora para atender às demandas econômicas do capital e com o discurso de empreendedorismo.

O artigo **“A BNCC e as DCNERER: aproximações e proposições para o trabalho com a temática da Educação Étnico-Racial a partir da Pedagogia Decolonial”**, de Claudete de Sousa Nogueira, Daiane Cecília Cagnin e Jaqueline Ferreira Justino, analisa formas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) foram e estão pautadas na escrita e vigência da BNCC, considerando a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, no que tange ao ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao longo da discussão crítica, as autoras tecem possíveis caminhos à luz da Pedagogia Decolonial e das DCNERER, como proposições para ultrapassar as limitações presentes na Base Nacional Comum Curricular acerca da temática, necessária à formação na Educação Básica.

Em **“Tecnologias Digitais na Educação e BNCC: proposta do Aluno-Ciborgue-Hacker”**, os autores José Raimundo Silva Costa e Viviane Toraci Alonso de Andrade problematizam o discurso neoliberal que influencia a perspectiva formativa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pautando-se em competências para a formação do estudante/trabalhador-empendedor. Em defesa a forças contra hegemônicas, é proposto um olhar pela ética hacker e seu potencial de cultivar valores tais como a liberdade, a criatividade, a paixão, o compartilhamento, a coletividade e o engajamento, em contraposição ao modelo orientado no documento.

O texto **“A tematização das lutas nas aulas de Educação Física: uma análise a partir dos avanços e retrocessos da BNCC”**, de Luiz Gustavo Bonatto Rufino, destaca a compreensão

de práticas corporais, correspondente à Educação Física, presente na BNCC, como as lutas ou esportes de combate. Contudo, há alguns desafios que dificultam a efetivação de propostas curriculares concernentes ao sentido de tais práticas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse prisma, o autor traz uma análise crítica sobre a problemática na BNCC, evidenciando o rasteiro delineamento sobre como se trabalhar as lutas na Educação Física.

Fabiola Gonçalves de Lima, Ana Lara Casagrande e Danilo Garcia da Silva, no artigo **“O novo ensino médio e BNCC: o estado de Mato Grosso em foco”**, analisam as mudanças ocorridas no estado a partir da reforma do Ensino Médio e da implementação da BNCC. Dessa forma, evidenciam que há um alinhamento ao proposto na BNCC, citando, entre alguns fatores, a jornada estendida, o protagonismo juvenil e o currículo flexível.

O artigo **“BNCC, Reforma do Ensino Médio e questões de gênero: disputas para o controle do conhecimento”**, desenvolvido por Carolina Giovannetti e Shirlei Sales, argumenta sobre as reformas educacionais e a estipulação de currículos como estratégia política para impor determinados saberes e conhecimentos, sob a justificativa de melhoria do ensino e para aumentar a eficiência do Ensino Médio e com isso, supostamente, promover a qualidade de educação. Neste texto, é possível encontrar críticas à intencionalidade da Reforma do Ensino Médio e da BNCC e nuances que trazem à tona a incapacidade do projeto para equacionar os problemas do Ensino Médio.

“A alfabetização na BNCC: lacunas e desafios”, de Márcia Cristina Gonçalves de Souza Silva e Márcia Regina do Nascimento Sambugari, discute sobre o conceito de alfabetização apresentado na BNCC, tendo em vista a antecipação da consolidação do processo de alfabetização para o 2º ano, defendida pelo documento. No artigo, as autoras indicam que há lacunas na organização e incoerência ao reduzir a alfabetização a práticas de decodificação e codificação de grafemas e fonemas, em se tratando do componente curricular Língua Portuguesa do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, especificamente no que se refere às habilidades prescritas, para os 1º e 2º anos, na BNCC.

No artigo **“A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais”**, de autoria de Maria Michelle Fernandes Alves e Breyner Ricardo de Oliveira, encontra-se uma breve análise sobre as versões da Base Nacional Comum Curricular, no campo das políticas educacionais, ao longo de dois ciclos de governos distintos: Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). A partir de dois contextos, da conjuntura e conteúdo da política, e, das motivações e princípios norteadores, os autores discutem à luz dos textos oficiais, destacando continuidades, descontinuidades, avanços e rupturas, além de revelar dimensões que fornecem elementos importantes para compreender a complexidade que permeia o processo de formulação e implementação das políticas educacionais.

No artigo **“Contrapontos da BNCC para a Educação escolar Indígena”**, Andréia Nunes Militão problematiza como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) atende à Educação Escolar Indígena (EEI). Salieta que a BNCC traz um currículo padronizado, o que impacta na tomada de decisão dos povos indígenas na construção do currículo e produção de materiais didáticos.

Marcus Quintanilha da Silva e Danieli D'aguiar Cruzetta, no artigo **“Base Nacional Comum Curricular e as Reformas Educacionais da década de 1990”**, demonstram que há elementos presentes na BNCC que remetem às reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas, em especial a década de 1990, com enfoque neoliberal, alinhados aos testes padronizados e economicismo educacional.

Carolina Gobbato, Andara Dias de Almeida Klug e Claines Kremer, no artigo **“Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil: repercussões nas práticas pedagógicas em uma escola do Litoral Norte/RS”** discutem sobre as percepções de docentes que atuam na Educação Infantil quanto as implicações na BNCC nessa etapa da educação básica, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Discorrem que, nessa escola, as professoras estudaram e discutiram a BNCC, inserindo-a no contexto de suas práticas pedagógicas, isto é, elas consideram o que consta no documento e levam em consideração a singularidade de cada criança para a sua ação docente.

No artigo **“Movimentos privados e suas ações no Sudeste: um debate sobre as redes de influência e a Base Nacional Comum Curricular”**, **Andresa Cóstola e Raquel Fontes Borghi evidenciam a influência do movimento privado na educação, em especial o Movimento pela Base. Analisam os programas ofertados** às redes públicas estaduais de educação na região sudeste, por este Movimento. Ressaltam que os cursos de capacitação docente são os mais ofertados, permeados pela ótica gerencialista.

No artigo **“Proposições oficiais para a alfabetização de crianças no estado de Pernambuco: das políticas nacionais (BNCC e PNA) às iniciativas estaduais”**, os autores Islayne Barbosa de Sá Gonçalves, Alexsandro da Silva e Solange Alves de Oliveira Mendes buscam compreender as aproximações e distanciamento entre a BNCC, a PNA, o currículo do estado de Pernambuco e o Programa Criança Alfabetizada, proposto pelo referido estado. Evidenciam que há compreensões divergentes nesses documentos sobre o processo de alfabetização, pois, enquanto a BNCC e a PNA trazem uma concepção alinhada a perspectiva tradicional, o currículo e o Programa Criança Alfabetizada trazem tal processo alinhado à perspectiva de letramento.

Na resenha **“Uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular: compreensões subjacentes”**, Donizeth Aparecido Campolin dos Santos apresenta os pontos principais presentes no livro, organizado pelas autoras Terezinha da Conceição Costa-Hübes e Márcia Adriana Dias Kraemer, em 2019. Nessa obra, composta de doze capítulos, os autores trazem análises

da área de Linguagens articuladas à BNCC, com ênfase nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Por fim, deixamos o convite para uma leitura propositiva, com possibilidades para atravessar as várias urgências, a fim de que consigamos ultrapassar o conservadorismo, o reducionismo, o negacionismo e efetivar, com luta e resistência, as mudanças necessárias para a consolidação de uma educação democrática, de qualidade, dialógica, diversa e plural.